

Altamira, o maior município do Brasil, é um território de dimensões continentais no coração da Amazônia Paraense.

(Foto>Reprodução) – O maior município do Brasil é maior que Portugal e a Inglaterra, é cortado por um dos rios mais importantes da Amazônia e viveu uma transformação radical

Altamira, o maior município do Brasil, é um território de dimensões continentais no coração da Amazônia Paraense. Sua vastidão, que supera a de nações europeias como Portugal e Inglaterra, foi o cenário de uma das mais controversas e impactantes obras de infraestrutura da história recente do país: a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Construída no leito do Rio Xingu, uma artéria vital para ecossistemas e povos tradicionais, a usina foi prometida como um marco do progresso, mas seu legado é uma complexa trama de devastação ambiental e desestruturação social.

A implementação do projeto desencadeou um crescimento urbano caótico, o deslocamento forçado de dezenas de milhares de pessoas e a alteração drástica de um ecossistema fluvial único. Conforme detalhado pela Agência Senado Notícias, a polêmica marcou o projeto desde sua concepção, com intensas batalhas judiciais e protestos de repercussão internacional. Os impactos foram tão severos que levaram a uma decisão da Justiça Federal, descrita pelo Brasil de Fato, que reconheceu o processo de etnocídio contra os povos indígenas, enquanto o portal ClimaInfo documentou como a usina “desestruturou um ecossistema”, causando mortandade massiva de peixes e alterando para sempre a vida no Rio Xingu.

Um território de superlativos e vulnerabilidades

Para entender a profundidade da transformação imposta por Belo Monte, é crucial primeiro dimensionar o cenário. Altamira não é um município comum. Com uma área oficial de 159.533,328 quilômetros quadrados, segundo o IBGE, seu território é um vasto mosaico de florestas e rios. Essa magnitude, que o torna maior que países como a Grécia, impõe um desafio colossal de governança. A estrutura de uma única prefeitura para administrar uma área de proporções continentais cria um paradoxo, tornando a prestação de serviços básicos e a fiscalização ambiental tarefas hercúleas.

Essa condição de um território cronicamente subgovernado e de difícil patrulhamento tornou a região extremamente vulnerável ao desenvolvimento explosivo que a usina catalisou. Cortando essa imensidão, o Rio Xingu não é apenas um curso d'água, mas a espinha dorsal ecológica e cultural da região, servindo como fonte de vida, alimento e identidade para centenas de povos indígenas e comunidades ribeirinhas. A decisão de barrar este rio representou um choque violento entre duas visões de mundo: a da engenharia, que via o rio como um recurso a ser explorado para gerar megawatts, e a dos povos tradicionais, que o percebiam como uma entidade viva e sagrada.

Belo Monte: a promessa de progresso e o legado de controvérsia

Apresentada como um pilar para a segurança energética do Brasil, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte é a maior central 100% brasileira e a quarta maior do mundo em capacidade instalada. O projeto, cujo custo estimado superou os R\$ 18 bilhões, foi justificado com uma narrativa de progresso, prometendo a geração de milhares de empregos e legados sociais para a região. Defendido como uma alternativa energética mais “limpa” em comparação com as termelétricas, sua construção foi tratada como estratégica e inegociável pelos governos da época, como aponta a cobertura da Agência Senado Notícias.

No entanto, o projeto nasceu sob o signo da polêmica. Desde sua concepção na década de 1970, enfrentou uma oposição ferrenha de uma coalizão de povos indígenas, ONGs, movimentos sociais e acadêmicos. A batalha jurídica foi intensa, com o Ministério Público Federal movendo ações que chegaram a suspender o leilão da usina por duas vezes, evidenciando falhas graves no licenciamento ambiental. A controvérsia ganhou o mundo, atraindo a atenção de figuras como o cineasta James Cameron, que criticou publicamente a obra. Apesar da oposição e dos alertas, o Estado brasileiro agiu com um “rolo compressor” desenvolvimentista, determinado a vencer a batalha a qualquer custo.

A desestruturação de um ecossistema e um povo

Os impactos de Belo Monte se materializaram como uma cascata de crises interligadas. A alteração do regime hidrológico do Rio Xingu, que desviou grande parte de sua vazão, provocou o que o ClimaInfo descreve como a desestruturação de um ecossistema. A drástica redução do fluxo de água na Volta Grande do Xingu, um trecho de 100 quilômetros de alta biodiversidade, resultou em um desastre ecológico documentado: uma mortandade massiva de peixes, o assoreamento do leito do rio e a morte de vastas áreas de floresta, transformadas em “cemitérios de árvores”.

Simultaneamente, a cidade de Altamira foi submetida a um “caos social sem precedentes”. O influxo de dezenas de milhares de trabalhadores sobrecarregou a infraestrutura, fazendo disparar os índices de violência e colapsando os serviços de saúde. Ao mesmo tempo, mais de 30.000 pessoas foram compulsoriamente deslocadas de suas casas. A destruição do rio como fonte de sustento forçou ribeirinhos e indígenas a migrarem para a periferia de uma cidade já em colapso, aprisionando-os entre a perda de seu passado e a ausência de um futuro viável.

O paradoxo energético e as cicatrizes permanentes do maior município do Brasil

O legado de Belo Monte é marcado por um profundo paradoxo. Apesar de sua massiva capacidade instalada de 11.233 MW, a usina entrega uma energia firme de apenas 4.571 MW, menos de 40% de seu potencial, devido à sazonalidade do Rio Xingu. Este “paradoxo energético” questiona a relação custo-benefício de um projeto que exigiu um sacrifício social e ambiental tão imenso. A ironia final é que, enquanto a energia gerada no Xingu abastece os centros industriais do Sudeste, muitas das comunidades locais que pagaram o preço mais alto pela barragem continuam a viver no escuro.

O modelo adotado foi o de um clássico “enclave extrativista”, onde um recurso é extraído de um território periférico para beneficiar centros econômicos distantes, tratando a população local e seu ambiente como uma “zona de sacrifício”. O boom econômico da construção foi passageiro, deixando para trás um tecido social rompido, um ecossistema degradado e uma população que arca com os prejuízos enquanto a energia flui para longe. As cicatrizes de Belo Monte no maior município do Brasil são um testemunho duradouro dos custos inaceitáveis de uma visão de desenvolvimento que continua a assombrar o futuro da Amazônia.

A história de Altamira e Belo Monte levanta uma questão fundamental sobre o futuro da Amazônia. Você acredita que grandes projetos de infraestrutura como este justificam seus custos sociais e ambientais? Qual caminho o Brasil deveria seguir para desenvolver a região? Deixe sua opinião nos comentários, queremos entender sua perspectiva sobre este dilema.

Fonte: clickpetroleoegas.com.br e Publicado Por: <https://www.adeciopiran.com.br> em 08/10/2025:18:00:00 Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog <https://www.adeciopiran.com.br> (93) 98117 7649/ e-mail: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>